



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Rua Capitão J. E. A. de Magalhães, 112 Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3431-1070 – camarabambui@yahoo.com.br

CONTRATO Nº 001/2024

PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2024

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG, inscrita no CNPJ sob o nº 00.259.997/0001-07, localizada à Rua Capitão Joaquim Eliziário A. Magalhães, 112, Centro, Bambuí – MG, neste ato representada por sua Excelentíssima Senhora Presidente Vereadora Priscila Cristina Pedro de Oliveira Cardoso, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade MG-15.152.210, CPF 079.696.856-09.

CONTRATADA(O): MARCO ANTONIO PEREIRA 10093669631, cadastrado no CNPJ sob o nº 17.900.272/0001-40, com sede à Rua São Gotardo, Nº 222 Bairro Rola Moça na cidade de Bambuí-MG, neste ato representada pelo Senhor Marco Antônio Pereira, portador da Cédula de Identidade MG-17.606.974 SSP/MG, CPF 100.936.696-31.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertados o presente Contrato para prestação de serviços de gravação, monitoramento e transmissão AO VIVO por meio da internet das reuniões ordinárias, extraordinárias, sessões solenes e outras atividades do Poder Legislativo, com equipamentos de propriedade da Câmara Municipal de Bambuí-MG, que se regerá pelas Cláusulas e condições descritas no presente Contrato e no Termo de Referência nº 005/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por OBJETO, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gravação, monitoramento e transmissão AO VIVO por meio da internet das reuniões ordinárias, extraordinárias, sessões solenes e outras atividades do Poder Legislativo, com equipamentos de propriedade da Câmara Municipal de Bambuí-MG, pela(o) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, objeto deste Contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos;
- b) Efetuar o pagamento a(o) CONTRATADA(O), de acordo com os prazos estabelecidos neste Contrato;
- c) Cumprir e fazer cumprir o disposto nas Cláusulas do Contrato;
- d) Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA(O) CONTRATADA(O)

A(O) CONTRATADA(O) obriga-se a:

- a) Prestar os serviços constantes na Cláusula Primeira – Do Objeto;
- b) Não transferir a outrem os serviços objeto deste Contrato;
- c) Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da CONTRATANTE;
- d) Refazer o serviço que não atender as especificações constantes na Cláusula Primeira - Do Objeto;



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Rua Capitão J. E. A. de Magalhães, 112 Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3431-1070 – camarabambui@yahoo.com.br

- e) Responsabilizar-se pela perfeita execução do objeto contratados;
- f) Responsabilizar-se por qualquer documento fornecido pela CONTRATANTE;
- g) Comprovar, quando solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações tributárias, previdenciárias e contribuições sociais.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá validade no período de 01/02/2024 à 01/02/2025.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará a(o) CONTRATADA(O), pelos serviços ora contratados, com os seguintes valores:

Pagará o valor de R\$2.450,00 (dois mil, quatrocentos e cinquenta reais) mensais, com o valor total de R\$29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será efetuado, após apresentação de Nota Fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se no ato da atestação os serviços não estiverem sido oferecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta da dotação orçamentária prevista no Orçamento da Câmara Municipal de Bambuí – Minas Gerais para o exercício de 2024, sendo: 01.01.10.01.031.0101.2001.3.3.90.39 ficha 9.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Ocorrendo alguma das hipóteses elencadas no art. 155 da Lei 14.333/2021, fica o licitante infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 156 a 163 da Lei 14.133/2021, assegurado ao licitante infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

Advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, inciso I da Lei 14.133/2021 (der causa à inexecução parcial do contrato), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, VII, X, XI e XII, do art. 155 da Lei 14.133/2021;



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Rua Capitão J. E. A. de Magalhães, 112 Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3431-1070 – camarabambui@yahoo.com.br

Multa de mora de 1% (um por cento) por dia, sobre o valor contratado do item prejudicado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, inciso IX da Lei 14.133/2021, limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto;

Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, inciso III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato);

Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos I, II, III, IV, V e VI, do art. 156 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, do art. 156 da Lei 14.133/2021 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

A inadimplência das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da(o) CONTRATADA(O), assegurará a CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente a(o) CONTRATADA(O).

PARÁGRAFO ÚNICO. Ficará o presente Contrato rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, mediante notificação da(o) contratada(o), assegurado o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar de sua notificação, nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais;
- b) Atraso injustificado, a juízo da CONTRATANTE, no fornecimento dos serviços;
- c) Paralisação do fornecimento dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação à CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 124, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INEXISTÊNCIA DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

A(O) CONTRATADA(O) não terá qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, a qual se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia deste Contrato e seus aditamentos fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do Art. 94 da Lei 14.133/21.



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Rua Capitão J. E. A. de Magalhães, 112 Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3431-1070 – camarabambui@yahoo.com.br

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Bambuí – Minas Gerais, para dirimir as questões derivadas deste Contrato. E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em duas cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Bambuí, 01 de fevereiro de 2024


CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ

CONTRATANTE

CNPJ: 00.259.997/0001 – 07



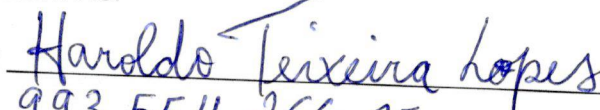
MARCO ANTONIO PEREIRA

CONTRATADA(O)

CNPJ: 17.900.272/0001-40

TESTEMUNHAS:

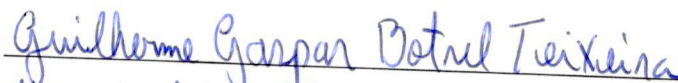
NOME:



CPF:

993.554.266-75

NOME:



CPF:

102.141.066-75